



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680469 - SP (2021/0220899-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : THIERS RIBEIRO DA CRUZ E OUTRO
ADVOGADOS : THIERS RIBEIRO DA CRUZ - SP384031
ELAINE CRISTINA CONTESSOTO - SP368835
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL CARVALHO DE SOUSA DIAS (PRESO)
OUTRO NOME : GABRIEL CARVALHO DE SOUZA DIAS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GABRIEL CARVALHO DE SOUSA DIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2061181-36.2021.8.26.0000).

O paciente "foi preso em flagrante no dia 11.03.2021 pela suposta prática do crime de tráfico de drogas e houve a conversão em prisão preventiva" (fl. 75).

Os impetrantes sustentam que o paciente "está sofrendo irretorquível e inconcebível CONSTRANGIMENTO ILEGAL por parte do Juiz da Comarca de Mogi Guaçu/SP, que após requerimento do Ministério Público, decretou sua prisão preventiva, numa decisão TOTALMENTE DESFUNDAMENTADA E NULA, o que viola sobremaneira o princípio da presunção de inocência e demais dispositivos constitucionais" (fl. 3).

Argumentam sobre as condições pessoais favoráveis do paciente, quanto à possibilidade de fixação de medida diversa da prisão e quanto à desproporcionalidade da segregação com eventual pena que seria fixada em seu desfavor.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da preventiva ou a fixação de medida diversa, inclusive eventual prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente